

– o rigor científico, mas também a criatividade e originalidade de investigação que apresentam – espelham uma dinâmica de congregação de várias áreas do conhecimento histórico e de metodologias diversificadas, característica habitual daquele que é um dos mais conceituados institutos nacionais de História da Idade Média.

Maria Amélia Álvaro de Campos

Doutoranda na Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura
melicampos@gmail.com

ARANDA PÉREZ, Francisco José; RODRIGUES, José Damião
(eds.) - *De Re Publica Hispaniae. Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*. Madrid: Sílex, 2008, 458 p.

Os dezasseis trabalhos que compõem esta colectânea são o resultado de um colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Castilla-La Mancha, Ciudad Real, nos dias 7 e 8 de Novembro de 2006, o qual, por sua vez, culminou um conjunto de projectos de âmbito nacional e sobretudo uma Acção Integrada Luso-Espanhola, levada a efeito em 2004 e 2005, subordinada à temática *A recuperação da cultura política nos reinos ibéricos na primeira Modernidade (séculos XVI e XVII)*, inspirada em propostas mais amplas como a história conceptual – *Begriffsgeschichte* – ou o projecto europeu *Idea of an European Political Lexikon*.

De índole diversa, todos os contributos giram, contudo, à volta de um objectivo comum, bem expresso no subtítulo: “una vindicación¹ de la cultura política en los reinos ibéricos”. ‘Vindicación’ que assume duas dimensões principais: por um lado, a verificação de que não abundam, no espaço ibérico, escolas historiográficas bem definidas dedicadas a estes temas, sobretudo se fizermos a comparação com o âmbito europeu mais próximo,

¹ *Vindicación* – Acción y efecto de vindicar; *Vindicar* – [] 2. Defender, especialmente por escrito, a quién se halla injuriado, calumniado o injustamente notado. [] 3. Der[ivado]. Dicho de una persona: Recuperar lo que le pertenece. (*Diccionario de la Lengua Española*, Real Academia Española 22ª edición, Madrid, 2001).

aponta para a ideia de ‘recuperação’ (central na epígrafe da acção integrada referida); por outro, trata-se de uma reivindicação ou desagravo pelo pertinaz desconhecimento que uma grande parte da produção científica europeia e ocidental continua a manifestar relativamente ao esforço intelectual dos seus pares ibéricos.

A partir desta dupla intencionalidade traçam então os editores um vasto programa (*Claves, fundamentos y debates para una política hispánica*): um necessário enquadramento na historiografia europeia e a ideia de que é crucial não só consideração de todos os reinos ibéricos como também dos respectivos impérios – buscando a articulação entre a criação de um império ultramarino e a consolidação da monarquia nos territórios metropolitanos (na linha, ainda, de outras historiografias como a *New British History* e a *Atlantic History* com abordagens problemáticas como as do ‘state building’, ‘state formation’ e ‘empire building’) – conduz ao enunciado dos elementos para (a análise de) uma cultura política: *chaves ou leituras* (a histórica, naturalmente, nas suas diversas vertentes – narrativa, antropológica, cultural – mas também a jurídica – filosofia e história do Direito, história das instituições, história social da administração... –, a filológica, a filosófica, a teológica, a pedagógica, a representativa-plástica); *discursos e linguagens*, dos detentores do poder, dos homens práticos, arbitristas e reformadores, dos grupos sociais, dos diplomatas, a da economia da salvação dos teólogos ou a reivindicativa dos ‘povos’; *movimentos e escolas político-culturais* desde as de raiz medieval (aristotelismo, tomismo) às de matriz humanista, com a fundamental reivindicação da civilidade ou autonomia do humano que tem a sua expressão culminante no maquiavelismo (a instauração da necessidade e da independência da política como ciência) e em formulações próximas (de Bodin, Botero, Lúpsio) ou mitigadas (tacitismo, senequismo), sem esquecer o enfrentamento entre a liberdade eclesiástica e o regalismo.

O esboço deste programa passa depois à consideração dos *conceitos, problemáticas e polémicas*, num esforço para evitar o presentismo, (a própria noção de política, as de justiça, obediência, lealdade, conselho, prudência, dissimulação, cortesia), envolvendo aspectos problemáticos como a relação do indivíduo com a sociedade, as dimensões da soberania, da legitimidade ou do absolutismo, a guerra justa, as mudanças políticas. É neste capítulo das controvérsias que os autores rejeitam uma pretendida

“anomalia espanhola”: a identificação de Espanha (e de Portugal sob os Habsburgo) com o paradigma católico anti-maquievélico, espécie de ‘lenda negra’ que rotula o pensamento político hispânico de inoperante, retrógrado, fradesco, com a consequente obliteração dos autores ibéricos da tratadística sobre o pensamento político, em contradição nítida com o protagonismo que os reinos peninsulares tiveram na definição da política ‘prática’ nos séculos XVI e XVII.

Não são esquecidos os *destinatários, âmbitos de actuação e meios de difusão*, que se encontram quando atravessamos a ponte que separa a escrita da leitura: príncipes, conselheiros, aristocratas ou então os notáveis locais, a corte e as cortes, as administrações (central, territorial e municipal), destinos a que se chegava através de uma vasta panóplia de canais – tratados, memoriais, arbítrios, polémicas e pasquins, correspondência, sermonários e sacramentários, espelhos – na sua forma manuscrita (e ultra-copiada) ou impressa.

No último apartado desta abertura, a atenção centra-se não já no leque de possibilidades mas na historiografia mais relevante ibérica e europeia, uma secção recheada de referências autorais e bibliográficas a merecer uma leitura cuidada.

O mesmo registo de resenha historiográfica percorre o trabalho de António Pedro Barbas Homem (*O Estudo da Cultura Política Portuguesa da Idade Moderna*) que tem o intuito de “apontar criticamente os caminhos da historiografia portuguesa das ideias políticas [...] especialmente os mais recentes contributos da historiografia do direito e do Estado” (p. 99). Passa, deste modo, em revisão um conjunto de temáticas (História da Filosofia, da Filosofia do Direito, das Ideias, das Ideias Políticas e da Ciência Política, das Ideias Políticas e do Direito Público) indicando obras ou programas de disciplinas universitárias – e os respectivos autores ou professores – que delas se ocupam.

De forma mais problemática, fala da História do Pensamento Político Português, para afirmar que “a chamada ‘filosofia portuguesa’ assumiu o projecto de descobrir a autonomia e a originalidade dos autores portugueses, tarefa que, em alguns filósofos e poetas, se tornou numa incursão pelo tema da condição e do destino de Portugal” e concluir que tal “projecto filosófico – discutível no próprio campo hermenêutico – não pode ser aceite pela

historiografia jurídica e política” (p. 107); do mesmo modo, o debate sobre a identidade nacional, “por tentador que seja”, revela-se como “uma questão alheia ao métier do historiador do pensamento político” (p. 109). Mesmo assim, Pedro Barbas Homem fornece elementos informativos importantes sobre autores que se preocuparam com essa problemática, assim como sobre os factores considerados estruturais da História de Portugal e a especificidade do pensamento jurídico-político (ensaiada em torno de elementos como o Estado, a legislação, as instituições políticas e os seus funcionários) que complementa com uma resenha dos “textos mais representativos de cada uma das épocas do pensamento político em Portugal” (pp. 117-126).

Se bem que centrada num objecto mais específico, a contribuição de Pedro Cardim (*La jurisdicción real e su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI-XVIII): reflexiones sobre la historiografía*) apresenta-se também como uma visão panorâmica, baseada na análise da historiografia recente, como o subtítulo indica, na qual passa da consideração acerca da natureza da autoridade política à reflexão sobre os processos de formação das grandes unidades políticas da Época Moderna e ao desenvolvimento do corpo de servidores da Coroa (e das implicações que isso acarreta); uma última reflexão é centrada na segunda metade do século XVIII “para resaltar el modo en que la reciente historiografía ha interpretado el triunfo de la jurisdicción real” (p. 350).

Em síntese, o acento é colocado no poder jurisdicional como chave de leitura mais importante da cultura política da Época Moderna; na graça, como meio eficaz da Coroa para criar obrigações; na proliferação de oficiais extraordinários e na ampliação das respectivas competências, como processo para superar o particularismo e os entraves do poder jurisdicional, culminando na segunda metade do século XVIII, quando “se definió de forma explícita el ámbito que correspondía a la acción de «gobierno» para la consecución del orden y de la paz del conjunto del cuerpo político” (p. 378).

Uma outra abordagem historiográfica, metodologicamente distinta contudo, é a que propõe Francisco Fernández Izquierdo (*El pensamiento político hispánico en el contexto de la historiografía modernista: su presencia en las citas de publicaciones españolas de los años 2000 y 2001*) cujo corpus é constituído pelas referências e citações bibliográficas de um

conjunto de publicações consideradas como amostra representativa: este ensaio bibliométrico – a partir da constituição de uma base de dados – tem, segundo o seu autor, a vantagem da comparatividade, ao pôr em confronto o objecto específico do estudo (o pensamento político) com a totalidade dos assuntos tratados, daí ressaltando a sua importância relativa. Todo o capítulo se centra na descrição da metodologia, considerada como um complemento vantajoso à abordagem bibliográfica tradicional, ao isolar um dos seus elementos, tornando-o manejável de forma automática e permitindo a ‘navegação’ por esse universo referencial.

A atenção a autores e textos ocupa um conjunto notável destes trabalhos. Desde logo, situando-se na primeira modernidade, os de Salustiano de Dios de Dios (*El papel de los juristas castellanos en la conformación del poder político (1480-1650)*); de Pascal Gandoulphe (*Trajectoria de la tratadística política y jurídica valenciana: Tomás Cerdán de Tallada, del Verdadero Gobierno (1581) al Veriloquium en reglas de Estado (1604)*); e de Ignacio Javier García Pinilla (*Aperiat oculos Hispania: los disidentes españoles del siglo XVI como activistas*).

O primeiro parte da verificação da “incontenible irrupción de la política” (p. 127), no último terço do século XVI e inícios do século XVII, para manifestar uma posição crítica face à historiografia mais recente que defende “la función primordial, o de carácter constitutivo, de los juristas letrados, o jurisprudencia culta, junto a los teólogos y la religión, en la determinación del orden social y jurídico de la denominada *Edad Moderna*”, tendo como consequência que “planteamientos bajo los dictados de estado, absolutismo y centralismo resultarían extraños a la cultura jurisprudencial y religiosa de la época” (pp. 130-131). Defende, ao contrário, que “en el equilibrio hemos de movernos, reconociendo los muchos aciertos que lleva consigo la nueva historiografía jurídica [...] pero sin minusvalorar tampoco [...] en el ámbito del poder político las anteriores tradiciones historiográficas, de corte liberal y materialista” (p. 132). É esta matriz que conduz a exposição subsequente da imagem do príncipe e do seu poder, que não conhece superior no temporal, dotado da capacidade de criar e abrogar leis (“fué precisamente su capacidad de crear y abrogar el derecho positivo, fruto de su voluntad, que convirtió el poder del rey o del papa en absoluto, en superior a las leyes civiles y canónicas” (p. 143), embora com limites impostos sobretudo pelo direito das

gentes). Tendo-se baseado em tratadistas – sobretudo uma segunda fileira de nomes menos sonantes – adverte para a especificidade de cada um deles, mesmo que seja possível traçar um percurso geral: de uma defesa do poder absoluto do príncipe, no período dos reis católicos, passa-se a uma crítica desse mesmo poder, durante o século XVI e ao acentuar do regalismo, no final deste século “y primera mitad larga del siglo XVII” (p. 147).

Sobre a trajectória de um autor particular, Cerdán de Tallada – enquadrado num grupo mais amplo, mas mesmo assim restrito, da tratadística valenciana – versa o texto de Pascal Gandoulphe. A atenção à estrutura de dois dos seus tratados – separados por cerca de vinte anos (1581-1604) em que a experiência política prática do autor terá tido uma influência inegável – assim como um tipo de análise que se centra no tipo de fontes por ele utilizadas, constitutivas do seu contexto referencial (de que os quadros finais constituem uma sinopse) vai conduzi-lo a uma conclusão segundo a qual “la cultura política del magistrado de la Audiencia de Valencia que fué Cerdán de Tallada evolucionó en un sentido a la vez lógico [...] o sea, la mayor importância que cobra la materia de Estado en el tratado de 1604”, aberto como demonstra estar ao pensamento de Furió Cebriol, Bodin ou Giovanni Botero, “y sorprendente, a primera vista, por la mayor presencia de referencias religiosas en el mismo tratado” (p. 175). Essas referências religiosas (Antigo e Novo Testamento) não deixam, contudo de pôr em destaque – além de um ideal de sabedoria cristã conformador da prudência política – as passagens que fundamentam “la legitimación de la sumisión del individuo, del sujeto, a un poder político instituido por Dios” (p. 175).

Contributo muito peculiar para esta cultura política terá sido a dos pensadores dissidente: três deles, Sebastián Fox Morcillo, Felipe de la Torre e Fradique Furio Ceriol, em obras expressamente dedicadas ao pensamento político; no entanto, não são autores isolados, fazendo parte de uma corrente mais alargada – “una línea crítica y activismo en relación a la religión como asunto de Estado: en cuanto al peso del estamento eclesiástico en las altas esferas de poder, a la formación y carácter del príncipe, a la situación de la Inquisición, a la sumisión al papa...” (p. 209). Esta linha tinha raízes anteriores, que, ao correr de textos de diversa índole, envereda por uma atitude polemizante consubstanciada no *leit motiv* “aperiat oculos Hispania”, o qual, para além de assumir contornos espirituais é, por vezes “una llamada

a la sublevación” (p. 201), por exemplo, em Francisco de Enzinas que encara a situação dos espanhóis como de “ceguera y extravio” (p. 202) ou de Juan Pérez de Pineda, verberando a tirania de Roma. O conjunto de exemplos apresentados dá conta da força ainda apreciável desta corrente.

Ela seria, contudo, minoritária no espaço da Monarquia Católica que, para além do exercício efectivo do poder, dispunha de agentes ideológicos poderosos. Provavelmente será esta a causa pela qual “la literatura de este tipo praticada por españoles desaparece por completo con la llegada del siglo XVII, salvo unas voces aisladas [...] «voces perdidas y sin consecuencia»” (p. 209). O outro lado, o da ortodoxia religiosa oficial, merece a atenção de dois colaboradores desta colectânea: Fernando Negredo del Cerro, *Teoría política y discurso eclesiástico. Una visión desde la pastoral barroca* e Javier Burrieza Sánchez que se centra num grupo específico (*Los jesuitas como fuerza intelectual política*).

O apostolado da palavra – para veicular uma interpretação autorizada da Bíblia ou directrizes morais individuais e colectivas, de acordo com a injunção normativa tridentina – pode assumir diversas outras dimensões; e Negredo del Cerro pretende centrar a sua análise “en la relación de las posibles vinculaciones entre las iniciativas del propio estamento eclesiástico y su difusión a través del sermonario” (p. 268), na linha da verificação de “derivaciones políticas claras en la predicación” que originam “una producción ideológica de muy amplio espectro e muy diferente calado” (p. 269): tratados dos pensadores da segunda escolástica, propostas arbitristas, participação em consultas, memoriais apelando à desobediência fiscal... Esta produção multimodal não foi toda do mesmo sentido, assinalando-se duas correntes: “una mayoritaria, dispuesta a defender y a legitimar el orden establecido y en la vertiente opuesta conatos de disidencia o, al menos, de crítica, más abundantes cuando la coyuntura política atravesaba momentos de particular tensión (caídas de valido, protestas fiscales...)” (p. 274). A exemplificação destas duas vertentes – e de aspectos específicos dos autores-exemplo – ocupa o resto desta contribuição.

Quanto aos jesuítas, Burrieza Sánchez propõe-se “«retallar» las afirmaciones anteriores” (as que configuram uma imagem negativa do jesuíta como “hipócrita, taimado”, “maestro[s] de la intriga”, “religioso relajado [...] laxista en definitiva”), perspectiva apologética (sempre discutível) que o

faz atender ao percurso da Companhia, desde um início de alheamento dos “temas seculares” até à “intervención [...] en las infraestructuras del poder” (p. 229-230); às formas dessa intervenção, desde serem confessores régios a directores espirituais (com uma influência indirecta mas eficaz, o que lhes granjeou oposições em diversos quadrantes) até se envolverem directamente como “agentes, embajadores, representantes, legados, em determinadas misiones diplomáticas” (p. 232). Merece especial atenção, neste contexto, a própria reflexão política (com três temas fulcrais – soberania popular, tiranicídio e poder indirecto do papa). A exposição desta reflexão política, enquadrada pela problemática contextual da época (as controvérsias do maquiavelismo e do tacitismo) passa por breves sínteses do contributo dos protagonistas (Possevino, Fitzhebert, Pedro Ribadaneira, Suárez, Juan de Mariana, Roberto Bellarmino, Baltazar Gracián) e por uma exposição temática (soberania popular, forma de governo, o príncipe ideal, *potestas indirecta* do papa, tiranicídio, defesa dos índios e conquista espiritual), na qual os autores citados são de novo chamados à colação, culminando com uma breve reflexão sobre a reacção (quer da autoridade interna quer exterior) a estas reflexões políticas.

No domínio dos discursos, importa ainda referir o que, para além da palavra, é veiculado através da imagem, nomeadamente a emblemática. Fernando R. de la Flor (*Las esferas del poder: emblemática y nueva ética cortesana entre 1599 y 1610*) aborda este registo – situando a sua observação no tempo curto – com a intenção explícita de combater “una ficción peligrosa: la de que el género de emblemas y sus derivados, la cultura simbólica verbo visual del Siglo de Oro, se reclama de un exclusivo mundo de valores inamovibles y seguros” (p. 321); pelo contrário, a pretensa continuidade humanística, rompe-se e a emblemática “nace, precisamente, según nuestra nueva interpretación para superar la fase humanista, y ayudar a penetrar al sujeto en el nuevo espacio politológico entonces creado. Un espacio, no hace falta decirlo, modelado absolutamente por el pensamiento político maquiavélico” (p. 322).

Um outro conjunto de trabalhos aborda aspectos particulares, ou reflexões suscitadas por controvérsias em torno de casos concretos.

Assim é que a problemática (candente e recorrente) da conquista espanhola das Índias – com o célebre debate de Valladolid (1550) entre

Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de Las Casas – serve de exemplo de aplicação concreta de um outro fenómeno da modernidade, como foi a recepção da *Política* de Aristóteles (Miguel Herrero de Jáuregui, *La recepción de la Política de Aristóteles en la España del Renacimiento*). O percurso desta obra do estagirita praticamente desconhecida na Antiguidade, cuja recuperação começa com a escolástica medieval e culmina no século XVI, é esboçado atendendo às diversas traduções que dela foram feitas e ao seu uso através dos comentários: por meio de umas e outros “la obra de Aristóteles se transforma definitivamente en un pilar de la teoría política europea” (p. 215), “se convierte en la base general de una terminología y unos principios de discusión comunes a toda teoría política de los siglos posteriores” – uma “*koiné* conceptual” – e deixa a sua marca em “todos los tratados generales sobre la teoría política de la época” (p. 219). A grande excepção – Maquiavel – vai, mesmo assim, provocar que a oposição entre maquiavelismo e aristotelismo político se tenha convertido “en una polarización casi tónica de la ciencia política hasta hoy” (p. 220).

O exame de uma controvérsia histórica – o processo originado pela solicitação dos Carmelitas Descalços às Cortes de Castela para que Santa Teresa de Jesus fosse declarada “patrona y abogada en nombre de sus reinos y ciudades” (Irving A. A. Thompson, *La cuestión de la autoridad en la controvérsia sobre el Patronato de santa Teresa de Jesús*) – é o ponto de partida para a reflexão sobre o equilíbrio dos poderes e sobre o conflito entre autoridades: “entre la laica y la eclesiástica, entre las ciudades y las cortes, entre la Justicia y Costumbre y la del rey; y también un conflicto sobre el alcance de la supremacía papal” (p. 309). A narrativa, baseada em abundante documentação primária, dá testemunho da existência de uma “gama de ideas, conceptos y argumentos vivos, corrientes y disponibles”, ao mesmo tempo que é “un caso ejemplar de como se empleaban esas ideas, de la ambivalencia, la plasticidad y el oportunismo en el uso de la intelectualidad dentro de una controvérsia dinámica y de una situación política cambiante” (p. 310).

Fernanda Olival (*La economía de la merced en la cultura política del Portugal moderno*) reflecte sobre o binómio serviço-mercê (com base quer em escritos teóricos quer no discurso peticionário), uma ideia estruturante das relações entre o monarca e os súbditos em Portugal. A mercê,

ao contrário da esmola, distingue, inscreve-se na consciência de um direito próprio e no exercício comparativo do que foi concedido a outros; exalta a liberalidade régia, faz parte da prudência política do monarca, envolve vectores relacionais importantes (como o suborno e a recomendação); e é uma contrapartida esperada – e regulamentada – de um serviço que é considerado um bem patrimonial (e, portanto, susceptível de ser transmitido, cedido ou mesmo alienado), ao mesmo tempo que geradora de gratidão: “así se construía una cadena ‘dulce’, sutil, pero eficaz de relación entre los vassallos – de diferentes etamentos sociales – y el señor” (p. 407).

A revisão de lugares comuns historiográficos aceites mais ou menos acriticamente – as instituições do Novo Mundo teriam sido herdadas de uma Espanha medieval mas modificadas na Época Moderna – é abordada por Tamar Herzog (*Los naturales de España: entre Viejo y Nuevo Mundo*) a propósito do conteúdo do conceito de ‘natural’, cujo antónimo seria ‘estrangeiro’ mas que diverge também essencialmente do de ‘súbdito’. A verificação de que “la naturaleza no era una condición fija” e que, mais do que por vassalagem ou ascendência, “se adquiria, y se perdía por médio del comportamiento de cada cual”, conduzindo a “una estrecha asociación entre la naturaleza y la vecindad” (p. 414), é o ponto de partida para questionar também a ‘narrativa’ tradicional da formação do Estado moderno, a expensas do poder senhorial, mas também do poder municipal, e pressupondo a aquisição de uma consciência de pertença a uma comunidade mais extensa, o reino: na sua conclusão, Tamar Herzog afirma que “eran los municípios los que definieron quienes eran los vecinos y, por extensión los naturales y por tanto los españoles” (p. 422). A situação particular do Novo Mundo assentava na importância do comércio, o que levou à adopção de um procedimento formal – a concessão de cartas de naturalidade (a partir de 1608), conferindo a capacidade de imigrar e comerciar – criando, para além dos naturais e dos estrangeiros, a categoria dos naturalizados.

Os dois estudos finais desta colectânea foram agrupados segundo um critério cronológico (a charneira entre os séculos XVII e XVIII) e versam, em registos diferentes, sobre a transição política que esse tempo testemunhou. José Manuel Bernardo Ares (*Teoría y práctica políticas del austracismo y del borbonismo a finales del siglo XVII*) põe o acento na profunda “dicotomia entre el «austracismo» y «borbonismo» en su peculiar manera

de organizar teórica y praticamente la sociedad española”: sociologicamente, a remodelação das elites dirigentes, “sustituyendo casi de cuajo, la vieja aristocracia de rancio abolengo nobiliário por una meritocracia de servicio y lealtad a la nueva dinastia” (p. 426); a nível político, “la estructura imperial de España austríaca se transformó [...] en la estructura estatal de la España borbónica” (p. 428), com o rei, do qual emanaria toda a acção política, como único vértice do poder; culturalmente, um apoio teórico – dos novatores – que está na raiz de uma mudança antropológica profunda, segundo a qual “el individuo se convertia en el centro de la sociedad y de la política” (p. 432).

É precisamente um destes ‘novi homines’ – Melchor de Macanaz – que José Maria Iñurrategui Rodríguez põe no centro da sua reflexão (*El rey esclavo: prelude político de la Nueva Planta de 1707*). Macanaz disserta – num contexto de guerra civil (1707) – sobre o exercício da soberania, afirmando que a rebelião dos reinos e a mesma guerra eram “procesos consubstanciales a la misma lógica de un modelo político y jurisdiccional como el hispano”, daí tirando a conclusão da necessidade de uma nova forma de governo que abolisse as particularidades (*fueros, privilegios y libertades* de alguns territórios). O debate à volta deste problema – vertido em outros escritos ou nas discussões no seio do Conselho de Aragão – conheceu posições diversas (sobre a (in)oportunidade da mudança, sobre o uso da clemência e do perdão...). A posição de Macanaz (incentivado pelo diplomata irlandês Tobias de Bourke e secundado pelo embaixador Michel Amelot) irá ganhar corpo com o primeiro dos decretos de Nueva Planta que abolia os foros dos reinos da Coroa de Aragão (29 de Junho de 1707).

O périplo – porventura demasiado longo – pelas ideias centrais dos trabalhos desta colectânea pretendeu apenas dar conta de pluralidade de problemas e de perspectivas associadas ao tema da cultura política. E, mesmo assim, longe de esgotar todo o leque proposto pelos organizadores no texto inicial. É certo que eles próprios se queixam que, dos contributos apresentados oralmente ao Colóquio de Ciudad Real, alguns não receberam depois a devida fixação por escrito, o que os leva a formular o voto de que o esforço de agora possa ser complementado com nova convocatória. De qualquer modo, parecem desde já ficar bem vincadas pelo menos três grandes

orientações: a análise e a interpretação de textos formalmente dirigidos para a formulação de propostas teóricas; a aplicação de ideias e concepções a situações concretas (o uso prático, sempre mais versátil e nem sempre coerente); as meta-análises que têm como objecto a produção historiográfica. Dos desafios, talvez o mais aliciante seja o de aprofundar a compreensão das grandes unidades políticas ibéricas da Época Moderna no contexto do império e das interinfluências de sentido bipolar que então se geraram.

Fernando Taveira da Fonseca

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC

fertaveira@gmail.com

SCHWARTZ, Stuart B. - *All can be saved: religious tolerance and salvation in the Iberian Atlantic world*. New Haven: Yale University Press, 2008, 336 p.

Quando pensamos na História de Espanha e Portugal da Época Moderna, certamente que a ideia de tolerância não é a que nos ocorre em primeiro lugar. Pelo contrário. A imagem que temos é a de uma sociedade católica fechada, sob o olhar atento da Inquisição, protagonista no combate às heresias e outros desvios a uma norma que se procurava impor. Stuart Schwartz, seguindo, aliás, ideias que há alguns anos Henry Kamen havia lançado, resolveu questionar esta verdade quase absoluta da historiografia sobre o mundo ibero-americano, propondo-se identificar atitudes de tolerância (mas também de indiferença ou cepticismo) e relativismo religioso (e moral) naquelas sociedades, sobretudo entre as camadas ditas populares. O autor pretendeu, assim, analisar opiniões que, embora muito minoritárias, estiveram sempre presentes no mundo católico e, eventualmente, terão permitido o florescimento da tolerância religiosa e a “liberdade de consciência”, aspectos fundamentais do mundo moderno ocidental.

Para desenvolver este estudo comparativo (uma das mais-valias do livro), o autor dividiu a obra em três partes. As duas primeiras correspondem a duas diferentes geografias (Portugal e Espanha/América), e abrangem sobretudo os séculos XVI e XVII. A terceira parte, com dois capítulos,